

Narrativas políticas: quem ganha com a desinformação científica?¹

Suzana Takako PERTINHEZ²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

A pandemia do novo coronavírus evidenciou um antagonismo já crescente entre a comunidade científica e os movimentos conspiratórios de negação das ciências. Embora muitos dos argumentos sejam de origem pessoal e emotiva, a negação surge de um contraste que se deu sobretudo por causa da internet – o distanciamento entre a academia e o povo. O tensionamento entre os dois demonstra a crise representativa do sistema político que prevê o uso da ciência e da técnica como forma de dominação ideológica. E a disputa entre um discurso científico e um discurso negacionista se transforma em mais do que uma simples questão de crença: se torna uma competição de ideologia para reger a vida social nos próximos anos.

PALAVRAS-CHAVE: pandemia; divulgação científica; ideologia; negacionismo; comunicação.

Introdução

Já antes da pandemia do novo coronavírus, a divulgação científica encontrava reveses com as correntes negacionistas. Movimentos de propagação de ideias como a Terra plana e contra as vacinas se proliferavam na internet atraindo cada vez mais adeptos. Em 2019, diversas conferências foram realizadas para “estudar” a Terra plana, com argumentos que variavam de distorções históricas a trechos bíblicos. Grande parte do público foi convencido por meio de vídeos do YouTube (SAMPLE, 2019), e se mostrava particularmente suscetível a acreditar em várias teorias conspiratórias. E foi nesse cenário de desconfiança nas descobertas científicas que o novo coronavírus surgiu.

As medidas sanitárias foram adotadas de modo diferente em cada país, dada a novidade da pandemia e o desconhecimento inicial sobre o vírus. Pelos sintomas, a princípio pensou-se que a doença era semelhante à gripe, de fácil contágio mas de baixa

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da ECA-USP, e-mail: suzana.pertinhez@usp.br.

gravidade. Dessa forma, muitos governos adotaram o discurso de cautela no sentido de tranquilizar a população, minimizando os efeitos do alastramento do vírus. Contudo, a evolução dos pacientes foi demonstrando uma maior gravidade da doença, com possibilidade de morte maior que uma gripe comum, visto que órgãos vitais eram comprometidos na infecção.

No Brasil, a circulação do vírus foi confirmada apenas semanas depois dos primeiros casos na Ásia e na Europa, de modo que o exemplo externo fornecia um panorama do que poderia acontecer no país de acordo com a ação a ser tomada. No entanto, na contramão da maioria nas nações, o governo brasileiro manteve o discurso minimizador desde seu início. Mesmo com médicos e pesquisadores brasileiros envolvidos no estudo do coronavírus, seus alertas foram em grande medida ignorados pelo governo federal. O decorrer da pandemia no Brasil esteve, desde seu início, atrelado ao movimento negacionista e à desconfiança da comunidade científica – que defendia o isolamento social, uso de máscara e o desenvolvimento de pesquisas em vacinas.

As discussões acerca das medidas de contenção da pandemia passaram, então, a se dar também no campo das convicções e das paixões. Mesmo se tratando de um tema de saúde pública, o debate se polarizou. A popularização de divulgadores científicos dispostos a “decifrar” as descobertas sobre o coronavírus não foi suficiente para superar discursos negacionistas. Pelo contrário, pode, em certa medida, ter aumentado a distância entre comunidade acadêmica e o público geral. Veremos que essa distância entre os dois grupos não surge do acaso e que a internet pode ter se tornado a ferramenta para ressaltar um projeto com fins políticos. A discussão que propomos aqui é tentar elucidar quem potencialmente ganha com cada narrativa.

Ciência como ideologia

Na sociedade capitalista, os avanços tecnológicos sempre estiveram associados às necessidades de produção específicas de uma época. Boris Hessen (1931) demonstra que as práticas não insurgem a partir de ideias, mas as ideias são demandadas para ajustar as novas práticas materiais:

O período em que a atividade de Newton alcança seu auge coincide com a época da guerra civil inglesa e do Reino Unido. A Análise marxista da atividade de Newton, consistirá, antes de mais nada, na compreensão de Newton, de sua obra e de sua visão de mundo como produtos desta época. (HESSEN, 1931, p.33)

Para Hessen, a temática científica é diretamente determinada pelas tarefas que definem os problemas materiais principais de um dado período. Comparando os dilemas técnicos e físicos com as investigações que ocorriam em uma época, é possível perceber a intrínseca relação entre as tarefas econômicas e as técnicas colocadas em foco pela burguesia. As bases das ciências como conhecemos hoje tem origem nas escolas burguesas que, contrapostas aos colégios religiosos, buscavam estudar a natureza de modo que sua exploração fosse colocada a serviço do desenvolvimento das forças produtivas. Como classe progressista em seu surgimento, exigia um conhecimento progressista, que colocava em xeque assuntos tabus da igreja, sobretudo na esfera das ciências naturais.

O avanço sem precedentes das forças produtivas, com base no crescimento tremendo da cultura material, ocasionou também um empobrecimento tremendo das massas populares e um aumento no desemprego (HESSEN, 1993). Vemos aqui que o próprio agravamento das desigualdades sociais, que posteriormente serão em grande parte responsáveis pelo afastamento a população do letramento científico, advém do desenvolvimento científico em si.

De acordo com Habermas, o modelo de produção capitalista logo sobrepujou outros sistemas e apresentou sua superioridade por dois motivos. Primeiramente, pela instituição de um mecanismo econômico que possibilita o crescimento de ações racionais relação a fins, em que a racionalidade ganha predileção na orientação do agir, em detrimento de valores morais ou afetivos, por exemplo. Além disso, o capitalismo adquire uma legitimação flexível de modo que as novas racionalidades em desenvolvimento vão adaptando o sistema de dominação. Porém essa mecanização do trabalho que aparenta libertar o homem de sua atividade pode voltar-se contra ele, que passa a se distanciar da natureza e a viver de modo menos vívido.

Para Habermas, "na medida em que a técnica e a ciência penetram nos âmbitos institucionais da sociedade e, dessa forma, transformam as próprias instituições, as antigas formas de legitimação são decompostas" (2014a, p.76). Assim, a racionalização weberiana progride na sociedade capitalista. Porém essa dita racionalidade impõe-se, na verdade, como uma forma de dominação política oculta. O modelo subtrai a reflexão e os interesses sociais que poderiam estar contidos em uma estratégia para atingir fins estabelecidos. A estrutura da racionalização implica em dominação sobre a natureza ou

sobre a sociedade, por isso Habermas (2014) chama a ação racional com respeito a fins de “exercício de controle”. E concorda a crítica de Marcuse de que essa institucionalização da ciência e da técnica esconde um “conteúdo político inconfesso”, em que o próprio conceito de razão técnica pode ser ideologia.

Na concepção de Marx e Engels, a ideologia figurava um sentido de idealismo fantástico, um problema a ser evitado, equivalente a uma falsa consciência ou uma ilusão em que a realidade aparece invertida e as “ideias aparecem como motor da vida real” (LÖWY, 2010). Trata-se de uma consciência deformada inserida por meio das ideias das classes dominantes para manter certa ordem de mundo, que legitime e justifique as estruturas sociais vigentes. Tratar a ciência e a razão técnica como ideologia demonstra uma aceitação inconsciente do povo desse exercício de controle dos produtores de conhecimento e de seus subprodutos (como as tecnologias cotidianas). Como ideologia, quase sempre pressupõe uma concepção distorcida da história (CHAUÍ, 2008).

Marcuse (1998) aponta que essa racionalidade, fruto também da organização científica, pressupõe uma funcionalização universal, de eficiência calculável a partir da qual todas as variáveis podem ser controladas – o que inclui a natureza, as coisas e os homens. A razão técnica é aquela que transforma os materiais a sua disposição, metódica e cientificamente, com fim na eficiência calculável, controlando todas as coisas (as pessoas, as fábricas, a burocracia, o trabalho, o tempo livre, etc). O desenvolvimento frenético das forças produtivas pode, por um lado, ampliar a riqueza de mercadorias e até o acesso a elas por camadas mais amplas da população – o que gera conforto e cria uma justificação da dominação. Mas, por outro, a dominação da natureza, a riqueza social e a produtividade se tornam forças destrutivas “e a agressão represada se descarrega na legitimação de crueldades medievais (a tortura) e no genocídio promovido cientificamente” (p. 119). Além disso, a dominação no nível individual e a separação dos trabalhadores em relação aos meios de produção se tornam economicamente necessárias para garantir a produção eficiente, a mais rentável. A satisfação das necessidades é muito mais uma consequência paralela do verdadeiro fim do agir econômico – o lucro.

O conceito de razão técnica talvez seja ele próprio ideologia. Não somente sua aplicação mas já a técnica ela mesma é dominação (sobre a natureza e sobre os homens), dominação metódica, científica, calculada e calculista. Determinados fins não são impostos apenas “posteriormente” e exteriormente à técnica – mas eles participam da

própria construção do aparelho técnico; a técnica é sempre um projeto sócio-histórico; nela encontra-se projetado o que uma sociedade e os interesses nela dominantes pretendem fazer com o homem e com as coisas. (p.132)

O homem “aceitou” sua impossibilidade técnica de ser autônomo (MARCUSE, 2015) e a submissão ao aparato que torna sua vida mais confortável e seu cotidiano mais produtivo. Desse modo, a disponibilidade tecnológica não elimina a dominação. Pelo contrário, protege sua legalidade. Habermas entende que para superar essa dualidade (força produtiva e ideologia) da ciência e da técnica proposta por Marcuse seria necessária uma revisão de todo processo científico, o que seria praticamente inviável. Por isso, ele propõe que há uma relação em trabalho e interação, mas não uma conexão evolutiva concomitante que permite que ambas evoluam igualmente. Habermas (2014) propõe então uma reformulação da ação racional com relação a fins de Weber, em que se distingue dela uma ação estratégica. Enquanto, por um lado, a razão instrumental “organiza meios que se mostram adequados ou inadequados segundo critérios de controle eficiente da realidade” (p.90), a ação estratégica faz uma avaliação deduzida de valores e máximas.

Embora a técnica e a ciência passem a fazer parte da legitimação da nova ordem política após a Revolução Industrial, a discussão pública é dissociada da solução de problemas técnicos. A discussão pública poderia problematizar o sistema e, por isso, a nova política do intervencionismo estatal da sociedade burguesa requer uma despolitização das massas (HABERMAS, 2014a). E isso só se torna possível para a própria população quando a ciência e a técnica assumem o papel também de ideologia. O progresso técnico-científico foi institucionalizado de tal forma que a dualidade entre trabalho e interação se dissolve na consciência dos homens. O modelo de controle passa a se dar mais por estímulos externos que por normas, de modo que se instaura uma aparente liberdade. É assim que os interesses na manutenção no modo de produção se tornam mais difíceis de identificar, se confundindo com os interesses “da sociedade” como um todo. Isso não quer dizer que não haja conflitos ou confronto de classe. As disparidades podem chegar a tal ponto que a reação e um conflito se tornam inevitáveis, mas são reações e conflitos específicos e incapazes de transformar o sistema propriamente dito.

Expondo o “vão”

Parte do trabalho do divulgador científico diz respeito a transformar a maneira como a ciência se relaciona com a sociedade, adaptando expressões e termos específicos para que a comunidade não científica consiga se relacionar com aquele conteúdo e compreender a ideia que ele traz (BASILIO, 2018). Mas a simplificação não é de toda benéfica e pode ocultar a complexidade do fazer científico, reafirmando mitos como a completa neutralidade e objetividade das ciências (MCCOMAS, 1998).

Na prática, a divulgação científica se coloca na posição de mediador entre o conhecimento científico e o público amplo, uma “ponte” no “vão” entre a produção especializada e o público leigo. Porém essa lacuna entre os dois universos, para muitos críticos, pode ter sido criada pela própria comunidade científica que se pretendia colocar como mediadora dos conhecimentos “verdadeiros” e propor um único caminho na transmissão desse conhecimento: dos “sábios” aos “ignorantes” (BENSAUDE-VINCENT, 2001).

A noção dinâmica de um crescente vão está diretamente relacionada ao senso comum de progresso das ciências. Quando se assume que o avanço da ciência é natural e um processo necessário que nada – nenhuma intervenção humana – pode parar, então nada pode prevenir o crescente abismo entre os cientistas profissionais encarregados da produção do conhecimento e o público que consome os produtos desse conhecimento. (BENSAUDE-VINCENT, 2001, p. 100, tradução nossa)

Partindo dessa premissa, a população de modo geral, por não participar da produção científica, só tem acesso à verdade e a comprovações válidas por meio do conhecimento partilhado pelos cientistas. As formas de conhecimento populares, portanto, são tidas como menos relevantes ou sem importância prática alguma. A partir do século XIX essa distinção ficou mais clara, com a publicação em larga escala de revistas e periódicos destinados ao público consumidor das ciências – aqueles que não participavam de sua produção.

Durante muitas décadas, essa oposição entre o cientista profissional e o leigo promoveu a ideia de um conhecimento majoritariamente inacessível ao um público passivo no consumo das descobertas científicas. Mas com a internet, não só o fazer científico passou a ser dominante na infinidade de conteúdos disponíveis, e esse antagonismo foi exposto de maneira mais clara.

Negacionismo e retrocesso

A internet promoveu ao público “leigo” algo que a divulgação científica das academias não conseguiu oferecer: identificação. O distanciamento proposital entre conhecimento “verdadeiro” e os “ignorantes” aproximou discursos de negação de pessoas que se viram representadas por outras formas de conhecimento – sobretudo religiosos e culturais. Ao perceberem que não estavam sozinhas, pessoas com pensamentos divergentes da narrativa predominante na mídia se uniram na construção do próprio conhecimento e do próprio conteúdo.

Em vários campos temáticos, temos abismos consideráveis entre a opinião da maioria da população e a postura das elites – quando os usuários percebem que a grande mídia está do lado das elites e que suas questões vão sendo ignoradas, podem perder a confiança. (KRÜGER, 2016)

Se considerarmos a ciência e a técnica como ideologia de dominação política, a crise representativa da ciência contribui para a crise da própria política como conhecemos hoje. Um novo paradigma político surge com a crise das democracias liberais (CASTELLS, 2018).

As mensagens midiáticas que formam opinião devem ser extremamente simples. Sua elaboração é posterior ao seu impacto (...) A impressão vai se tornando opinião. E se confirma ou se desmente na elaboração do debate contínuo que acontece nas redes sociais em interação com a mídia. A comunicação de massa se modela mediante a autocomunicação de massa através da internet e das plataformas onipresentes em nossa prática. (CASTELLS, 2018, posição 255-260).

Quando o negacionismo é abraçado politicamente – como observado sobretudo nos governos de Trump e de Bolsonaro – vemos uma tendência de retrocesso e podemos inferir um apelo até mesmo ao retorno de uma sociedade tradicional weberiana. A obediência e fidelidade a um líder (o “senhor”), a legitimação política pautada em tradições e religiosidade, o uso das ciências apenas dentro de pautas permitidas (como as já citadas escolas ligadas à igreja) são indícios de negação da própria sociedade moderna. A ideia de retomar as tradições como forma de legitimação retoma a chamada dominação tradicional (WEBER, 1999). As sociedades tradicionais

representam uma etapa específica na evolução histórica da espécie humana e se distinguem das formas sociais primitivas por meio: 1. da existência de um poder de dominação centralizado; 2. da divisão da sociedade em classes socioeconômicas; 3. do fato de manter vigente alguma visão central de mundo (mito, religião superior) que cumpre uma legitimação eficiente da dominação. (HABERMAS, 2014, p. 94)

Habermas ressalta que são civilizações com uma base técnica relativamente desenvolvidas, mas que toleram inovações e melhoramentos apenas dentro de certos limites. Qualquer progresso cuja racionalidade potencialmente se transformasse em uma ameaça à autoridade das tradições culturais era rapidamente negado. A produção industrial pressupõe uma racionalidade que ultrapassa os mecanismos de legitimação de uma sociedade tradicional, que passa a ter sua dominação por outros meios, como a própria ciência, segundo o já apontado processo de ideologia nas técnicas.

Weber destaca que todos os verdadeiros “despotismos” tiveram esse caráter segundo o qual o domínio é tratado como direito de exercício do senhor. Por isso, não é de se espantar a ascensão de ideias ultranacionalistas nos últimos anos. Os valores humanistas são substituídos por um individualismo que busca a solução para questões pontuais (e pessoais) em detrimento de problemas reais. A (falsa) promessa do regresso a um passado inalcançável e supostamente melhor despertam sentimentos que permitem o ressurgimento de ideias fascistas, mesmo em uma conjuntura tecnológica supostamente avançada (RIEMEN, 2018)

Considerações finais

O discurso de negação das ciências pode ser entendido de duas formas. A primeira, pela falta de representação da população pelos métodos e respostas prontas advindas da academia, que por muito tempo se colocou como dona da verdade legítima. O “vã” supostamente a ser suprido pela divulgação científica se tornou evidente quando várias posições de mundo puderam ser expostas na internet, e os indivíduos que não se identificavam (e se sentiam menosprezados) pelo fluxo único de conhecimento passaram a não reconhecer também as implicações práticas das produções científicas. Esse cenário tornou possível o surgimento de correntes políticas que passaram a fazer uso desse discurso como retomada de ideologias baseadas na tradição, e não nas ciências. Compõem essa narrativa a recuperação de ideias míticas e religiosas como fontes legitimadoras de um domínio político, com a personalização de um líder a quem o povo pode (e deve, nessa perspectiva) ser fiel.

O negacionismo científico, a exaltação de um líder e de uma religiosidade e a retomada do discurso tradicional confluem para a emergência de ideais fascistas. Não proponho que seja um caminho intencional dos líderes e das pessoas que se fidelizam ao

discurso. É impreciso afirmar se existe uma intencionalidade ou se trata de um caminho natural a partir das condições dadas. Mas a pandemia do novo coronavírus demonstraram a importância das ciências para o controle sanitário em um momento de crise. Ainda é cedo para saber os impactos dessas correntes ideológicas, mas a pandemia pode relembrado muitos conspiracionistas da relevância das ciências. Embora ainda exista resistência (como a resistência à própria vacinação e a medidas como o isolamento social), o discurso negacionista não alcançou as proporções previstas inicialmente – culminando por exemplo no fracasso de Trump à reeleição.

No entanto, a emergência desses discursos não deve ser ignorada, assim como o distanciamento entre conhecimento científico e conhecimento popular. E a superação das duas ideias possivelmente caminha lado a lado. As tentativas de conter a ascensão ultranacionalista devem passar pela aproximação das ciências e da produção científica do povo, de modo a agregar o conhecimento popular também como forma legítima de saber. Isso significa expor o sentido ideológico do fazer científico e recolocar ao povo o poder reflexivo sobre a forma de produção industrial.

REFERÊNCIAS

BASILIO, Sofia Guilhem. **A ideologia em materiais de divulgação científica: um estudo da imagem de Einstein em discursos sobre as Ondas Gravitacionais**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Instituto de Física, Instituto de Química e Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

BENSAUD-VINCENT, Bernadette. A genealogy of the increasing gap between Science and the public. **Public Understanding of Science**, v. 10, n. 1, p. 99-113, 2001.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura – a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. *E-book*.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como “ideologia”**. São Paulo: Unesp, 2014a.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Unesp, 2014b.

HESSEN, Boris. As raízes socioeconômicas dos Principia de Newton. In: GAMA, Ruy(Org.). **Ciência e técnica**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992, p. 30-89.

KRÜGER, Uwe. Estreitamento do discurso midiático, 2016. **Goethe Institut**. Disponível em: www.goethe.de/ins/br/pt/kul/mag/20709164.

MARCUSE, Herbert. Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber. In: MARCUSE, Herbert. **Cultura e sociedade**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 113 – 136.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**. São Paulo: Edipro, 2015.

MCCOMAS, William. The principal elements of the nature of science: Dispelling the myths of science. In: MCCOMAS, William. **The Nature of Science in Science Education: Rationales and Strategies**. Kluwer Academy Publishers, 1998, p. 53-70.

RIEMEN, Rob. **To fight against this age**. Nova Iorque: W.W. Norton & Company, 2018. *E-book*.

SAMPLE, Ian. Study blames YouTube for rise in number of Flat Earthers. **The Guardian**, 2019. Disponível em: [theguardian.com/science/2019/feb/17/study-blames-youtube-for-rise-in-number-of-flat-earththers](https://www.theguardian.com/science/2019/feb/17/study-blames-youtube-for-rise-in-number-of-flat-earththers)

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. Cap. 10, p. 128-141. In: WEBER, M. Max Weber: **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1999.